

Concessionária de Rodovias Rota dos Grãos S/A

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 23 de março (data constituição) a 31 de dezembro de 2021



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para o período compreendido de 23 de março (data constituição) a 31 de dezembro de 2021	13

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.

Av. Luiz Eduardo Toledo Prado, 870 -
6º andar, Sala 602 - Vila do Golf,
Ribeirão Preto (SP) Brasil

T +55 16 3103-8940

Aos(as) Acionistas e Administradores(as) da
Concessionária de Rodovias Rota dos Grãos S/A
Primavera do Leste – MT

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Concessionária de Rodovias Rota dos Grãos S/A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária de Rodovias Rota dos Grãos S/A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Informação suplementar – Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia.

Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do valor adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, seguindo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Saldo inicial

Conforme descrito na Notas Explicativas nº 2, a Companhia foi constituída em 23 de março de 2021, motivo pelo qual não está sendo apresentado o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, bem como as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para fins comparativos.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia;
- Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Ribeirão Preto, 16 de fevereiro de 2022



Marcelo Castro Valentini
CT CRC 1SP-239.472/O-2

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.
CRC 2SP-034.766/O-0

Concessionária de Rodovias Rota dos Grãos S/A

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

ATIVO

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2021</u>
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.007
Despesas antecipadas	7	1.583
Outras contas a receber	8	956
Total do ativo circulante		----- 3.546 -----
Ativo não circulante		
Imobilizado	9	4.102
Intangível	10	1.289
Intangível em andamento	10	7.720
Ativo fiscal diferido	11	2.520
Total do ativo não circulante		----- 15.631 -----
Total do ativo		----- 19.177 =====

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária de Rodovias Rota dos Grãos S/A

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2021</u>
Passivo circulante		
Fornecedores	12	4.498
Empréstimos e financiamentos	13	194
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	-	177
Obrigações fiscais	-	119
Outros passivos	-	90
Total do passivo circulante		<u>5.078</u>
Passivo não circulante		
Empréstimos e financiamentos	13	551
Fornecedores	12	439
Total do passivo não circulante		<u>990</u>
Patrimônio líquido		
Capital social	15	18.000
Prejuízo acumulado		(4.891)
Total do patrimônio líquido		<u>13.109</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u><u>19.177</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária de Rodovias Rota dos Grãos S/A

Demonstrações do resultado para o exercício de 31 dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2021</u>
Receitas com construção e infraestrutura	16	7.720
Custos com construção e infraestrutura	16	(7.720)
Resultado bruto		-
Despesas gerais e administrativas	17	(7.518)
Lucro líquido antes do resultado financeiro e impostos		(7.518)
Resultado financeiro líquido	18	107
Lucro líquido antes dos impostos		(7.411)
Imposto de renda e contribuição social diferido	11	2.520
Prejuízo líquido do exercício		<u>(4.891)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária de Rodovias Rota dos Grãos S/A

Demonstrações do resultado abrangente para o exercício de 31 dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2021</u>
Prejuízo líquido do exercício	(4.891)
Resultados abrangentes do exercício	----- <u><u>(4.891)</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária de Rodovias Rota dos Grãos S/A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para o exercício de 31 dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total do patrimônio líquido</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2021	-	-	-
Integralização de capital	18.000	-	18.000
Prejuízo do exercício	-	(4.891)	(4.891)
Saldos em 31 de dezembro 2021	<u>18.000</u>	<u>(4.891)</u>	<u>13.109</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária de Rodovias Rota dos Grãos S/A

Demonstração dos fluxos de caixa para o exercício de 31 dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2021</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Prejuízo do exercício	(4.891)
Ajustes para conciliar o prejuízo com o caixa gerado pelas atividades operacionais:	
Depreciação e amortização	86
Diferido	(2.520)
Redução dos ativos operacionais:	
Despesas antecipadas	(1.583)
Outras contas a receber	(956)
Aumento líquido dos passivos operacionais:	
Fornecedores	4.937
Obrigações trabalhistas e sociais	177
Obrigações fiscais	119
Outros passivos	90
Caixa utilizado nas atividades operacionais	(4.541)
Fluxo de caixa das atividades de investimento	
Aquisições de itens do ativo imobilizado	(4.184)
Adições ao intangível	(9.013)
Caixa utilizado nas atividades de investimentos	(13.197)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Empréstimos e financiamentos	745
Integralização de capital social	18.000
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	18.745
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>1.007</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	1.007
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>1.007</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária de Rodovias Rota dos Grãos S/A

Demonstrações do valor adicionado para o período de 23 de março (data da constituição) a 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2021</u>
Receitas	
Receitas dos serviços de construção	7.720
Outras receitas	-
	<u>7.720</u>
Insumos adquiridos de terceiros	
Custos dos serviços prestados	(5.083)
Custos dos serviços de construção	(7.720)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(431)
Outros	(351)
	<u>(13.585)</u>
Valor adicionado bruto	<u>(5.865)</u>
Depreciações e amortizações	(86)
Valor adicionado líquido produzido	<u>(5.951)</u>
Valor adicionado recebido em transferência	
Receitas financeiras	280
	<u>280</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u><u>(5.671)</u></u>
Distribuição do valor adicionado	
Pessoal e encargos	
Remuneração direta	856
Benefícios	159
FGTS	54
Impostos, taxas e contribuições	
Federais (incluindo IOF)	(2.292)
Estaduais	-
Municipais	10
Remuneração de capitais de terceiros	
Juros	117
Aluguéis	316
Remuneração de capitais próprios	
Prejuízo do líquido do período	(4.891)
	<u>(5.671)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis para o período de 23 de março (data constituição) a 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Concessionária de Rodovias Rota dos Grãos S.A. (“Companhia”) é uma Sociedade Anônima de capital fechado, com sede na Avenida Paraná, nº 715, Cidade Primavera II, Primavera do Leste – Mato Grosso - MT, que foi constituída em 23 de março de 2021.

A Companhia tem por objeto social específico e exclusivamente, nos termos do Edital de Concorrência nº 004/2020 (“Edital”), a exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos de conservação, recuperação, manutenção, implantação de melhorias e operação rodoviária do Trecho do Lote III - PRIMAVERA DO LESTE: MT 130, Entroncamento BR 070 (B) – Entroncamento MT 020, no Estado de Mato Grosso, conforme Edital de Concorrência Pública nº 004/2020, emitido pelo Estado de Mato Grosso, por meio da Secretaria Estadual de Infraestrutura e Logística (Sinfra/MT ou “Poder Concedente”), na qualidade de concessionária.

A concessão possui um prazo de 30 anos e tem como objeto a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e gestão de serviços complementares. É explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários. A cobrança da Tarifa de Pedágio se iniciará após a conclusão dos trabalhos iniciais, de acordo com o estabelecido no Programa de Exploração da Rodovia (PER), previsto para junho de 2022.

O presente contrato poderá ser prorrogado, a exclusivo critério do Poder Concedente, nas seguintes hipóteses:

- Pela presença do interesse público, devidamente justificado;
- Em decorrência de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovada;
- Em decorrência de fato da administração ou fato de príncipe, devidamente comprovado;

Para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, quando exigidos pelo Poder Concedente novos investimentos ou serviços, não previstos no Programa de Exploração da Rodovia (PER), ou em decorrência de sua alteração.

Conforme definido pela Sinfra, o contrato de concessão estabelece os compromissos assumidos pela Companhia através do Programa de Exploração da Rodovia (PER), demonstrando todas as metas, critérios, requisitos, intervenções obrigatórias, diretrizes técnicas, normas, escopo, parâmetros de desempenho, parâmetros técnicos e os respectivos prazos para seu atendimento, divididos em quatro frentes:

- Frente de trabalhos iniciais, recuperação e manutenção;
- Frente de ampliação de capacidade e manutenção de nível de serviço;
- Frente de conservação;
- Frente de serviços operacionais;

Encerrado o prazo de Concessão, serão revertidos à União todos os bens reversíveis, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos, e cessarão, para a Concessionária, todos os direitos emergentes do Contrato.

Decorrente desta concessão, a Companhia assumiu os seguintes compromissos:

Pagamento de direito de outorga no valor total de R\$ 1.038, os quais foram pagos à vista e foram registrados no ativo intangível. (Nota Explicativa nº 10).

Efeitos pandemia COVID-19

No período encerrado em 31 de dezembro de 2021, ainda em sua fase pré-operacional, a Companhia não mensurou os impactos decorrentes da COVID-19, uma vez que está focada na entrega das obrigações e no cumprimento dos prazos contratuais que precedem o início da operação.

Oportunamente, com a conclusão da etapa de Trabalhos Iniciais e o início da arrecadação nas Praças de Pedágio, a Companhia terá condições de avaliar eventuais efeitos da pandemia na operação do negócio.

2. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com base nas disposições contidas na Lei das Companhias por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovadas pela CVM, além das próprias normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (“IFRS”)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A Companhia foi constituída em 23 de março de 2021, e por esta razão, não estão sendo apresentados o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, e os saldos das demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para fins comparativos.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 9** – Imobilizado;
- **Nota Explicativa nº 10**– Intangível;
- **Nota Explicativa nº 11**– Ativos e passivos fiscais diferidos;
- **Nota Explicativa nº 14** – Provisão para riscos processuais.

5. Principais políticas contábeis

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida serão testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

O contrato de concessão da Companhia é de longo prazo sujeito a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Consequentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicativos (internos ou externos) de *impairment*, a Companhia revisará anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam que sejam recebidos ao longo do período contratual.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia efetuou as avaliações pertinentes e não identificou necessidade de reconhecimento de provisão para perdas relacionadas aos contratos onerosos, conforme previsões do CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

Contratos de concessão de serviços

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) /IFRIC 12 – “Contratos de Concessão”, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato.

O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta interpretação, o concessionário:

Atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário prestar serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder ao direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos.

O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários da rodovia pela utilização da infraestrutura. Esse direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero. Nessa circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento. A concessionária não tem o direito contratual de receber caixa se houver falta de uso do ativo (rodovias) pelos usuários, mesmo quando o retorno da concessionária tenha um risco muito baixo.

Direito de outorga

O valor pago ao poder concedente correspondente ao direito de explorar a concessão foi reconhecido na rubrica "direito de outorga", no ativo intangível (Nota Explicativa nº 10). As respectivas obrigações relacionadas aos pagamentos futuros (exigibilidades) foram registradas no passivo e já foram liquidadas.

O direito de outorga da concessão vem sendo amortizado pelo tempo de concessão.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

Gastos subsequentes

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

O critério definido para amortização dos ativos intangíveis originados do contrato de concessão de serviços e do direito de outorga é com base no prazo de concessão.

A amortização é reconhecida no resultado.

A amortização de outros ativos intangíveis é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ultrapassam o prazo da concessão, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo, quando aplicável.

Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

A Companhia considera como ativo imobilizado somente os bens que estão em seu poder e podem ser a qualquer momento negociado sem prévia autorização do poder concedente da concessão em que opera.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados; e custos dos empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando for provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo.

Provisão de manutenção e conserva – contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, serão registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data das demonstrações contábeis.

A política da Companhia definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

A provisão para manutenção será contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

A taxa de desconto praticada para cada intervenção futura será mantida por todo o período de provisionamento, para fins de cálculo do valor presente.

Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

Capitalização dos custos dos empréstimos

Os custos dos empréstimos serão capitalizados durante a fase de construção, em atendimento ao CPC 20 (R1) (IAS 23) – Custos de Empréstimos.

Receita operacional

Receita de pedágio

A receita será reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita será mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e tributos ou encargos sobre a prestação de serviços.

A receita será reconhecida em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.

Receitas de operação ou serviço são reconhecidas no período no qual os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

Receita de construção

Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados.

A Companhia não irá reconhecer margem de lucro por considerar que tais valores serão irrelevantes, considerando-a zero.

Os custos dos contratos serão reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita.

Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias e as despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou a produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados aos itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que refletem às incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos refletem as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Resultado por ação básico e diluído

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado no respectivo período. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado por ação.

Informações por segmento

A principal receita da atividade da Companhia vem do recebimento da tarifa de pedágio sendo, no entanto, facultado a Companhia explorar outras fontes de receitas complementares, de acordo com o contrato de concessão. Todas as decisões dos administradores e gestores relativas ao planejamento estratégico, financeiras, compras, investimentos de recursos e avaliação de performance são tomadas considerando a Companhia como um todo, ou seja, a Companhia está organizada em um único segmento de negócio.

Demonstração de Valor Adicionado (DVA)

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – “Demonstração do valor adicionado”, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e são requeridas pelas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), enquanto para as IFRS representam informação financeira adicional.

6. Caixa e equivalentes de caixa

31/12/2021

Caixa	3
Saldos bancários	340
Aplicações financeiras	664
Total	1.007

As aplicações financeiras correspondem a CDBs.

As aplicações em CDBs com modalidade pós – DI empresarial com remuneração controlada entre 96% e 99% do CDI.

A exposição da Companhia aos riscos de crédito e de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 19.

7. Despesas antecipadas

31/12/2021

Custos de transação das debêntures (a)	1.348
Seguros a apropriar (b)	233
Outras despesas pagas antecipadamente	2
Total	1.583

(a) Corresponde à antecipação dos custos de transação das debêntures que foram emitidas e liberadas em janeiro de 2023, conforme nota explicativa 23 – Eventos subsequentes.

(b) Corresponde as despesas com seguros contratados pela Companhia, que possuem prazo de cobertura de até 12 meses, e que vem sendo apropriadas ao resultado ao longo desse período.

8. Outras contas a receber

31/12/2021

Adiantamento a fornecedores	859
Caução	44
Outras contas	53
Total	956

9. Imobilizado

	Taxas médias anuais de depreciação %	Custos			Depreciação			Líquido		
		Saldos	Adições	Baixas	Saldos	Saldos	Baixas	Saldos		
		01/01/2021			31/12/2021	01/01/2021	Adições	31/12/2021	31/12/2021	
Imobilizado da administração	10%	-	1.346	-	1.346	-	(21)	-	(21)	1.325
Computadores e periféricos	20%	-	643	-	643	-	(47)	-	(47)	596
Veículos	20%	-	1.483	-	1.483	-	(12)	-	(12)	1.471
Instalações, prédios e benfeitorias	4%	-	712	-	712	-	(2)	-	(2)	710
Total		-	4.184	-	4.184	-	(82)	-	(82)	4.102

10. Intangível

	Taxas médias anuais de amortização %	Custos			Amortização			Líquido		
		Saldos	Adições	Baixas	Saldos	Saldos	Saldos	31/12/2021		
		01/01/2021			31/12/2021	31/01/2021	Adições	31/12/2021	31/12/2021	
Intangível em andamento	-	-	7.720	-	7.720	-	-	-	-	7.720
Licenças de uso de softwares	-	-	255	-	255	-	(4)	-	-	251
Direito de outorga concessão (i)	-	-	1.038	-	1.038	-	-	-	-	1.038
Total		-	9.013	-	9.013	-	(4)	-	-	9.009

- (i) A concessão possui um prazo de 30 anos e tem como objeto a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e gestão de serviços complementares. É explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários. A cobrança da Tarifa de Pedágio se iniciará após a conclusão dos trabalhos iniciais, de acordo com o estabelecido no Programa de Exploração da Rodovia (PER), previsto para junho de 2022. O pagamento de direito de outorga no valor total de R\$ 1.038, os quais foram pagos à vista.

As amortizações dos ativos intangíveis são incluídas na rubrica denominada custos dos serviços prestados, nas demonstrações de resultado.

Não existem ativos intangíveis individualmente relevantes inseridos nos grupos apresentados, exceto o direito de outorga que é composto por um único item devidamente detalhado no quadro acima.

Pagamento de direito de outorga no valor total de R\$ 1.038, foram pagos à vista.

11. Ativos fiscais diferidos

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reconheceu o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos, referentes às diferenças temporárias conforme abaixo:

**Saldo em
31/12/2021**

Prejuízo fiscal e base negativa	2.520
--	--------------

(*) Ativos fiscais diferidos foram reconhecidos em sua totalidade de acordo com as premissas futuras e com confiabilidade suficiente que permitisse o registro do ativo fiscal diferido, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 32 (IAS 12) – “Tributos sobre o lucro”.

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social por ter sua origem em despesas pré-operacionais, será amortizada em 60 meses após o início das operações e arrecadação de pedágios prevista para junho/2022:

a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

31/12/2021

Prejuízo do período	7.411
Alíquota nominal	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	2.520
Ajuste do imposto de renda e contribuição social	
Diferenças temporárias	(2.520)
Despesas com imposto de renda e contribuição social	-
Imposto corrente	-
Imposto diferido	2.520
	2.520
Alíquota efetiva de impostos	34%

12. Fornecedores

31/12/2021

Fornecedores nacionais	4.937
Total	4.937

Circulante	4.498
------------	-------

Não circulante	439
-----------------------	------------

Abertura dos pagamentos de fornecedores classificados no não circulante:

Ano de vencimento

2023	439
Total	439

13. Empréstimos e financiamentos

Nº Contrato	Modalidade	Banco	Encargos Financeiros incidentes	Data de início	Vencimento	Saldo 31/12/2021
14546034-1	C.C.B	Banco Itaucard S.A.	16,07545% a.a.	06/12/2021	02/02/2026	661
29901745-9	C.C.B	Banco Itaucard S.A.	16,07545% a.a.	17/12/2021	14/02/2026	361
		(-) Custo de transação a amortizar				(277)
Total						745

Circulante	194
------------	-----

Não circulante	551
-----------------------	------------

Abertura dos pagamentos dos empréstimos classificados no não circulante:

Ano de vencimento

2026	551
Total	551

Os empréstimos e financiamentos são garantidos pelo Aval dos acionistas.

14. Provisão para riscos processuais

A administração, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para riscos processuais. Em 30 de dezembro de 2021, A Companhia não possui processos com expectativa de perda provável e nem possível.

15. Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia é de R\$ 24.000, sendo que 18.000 está totalmente integralizado e R\$ 6.000 a integralizar em 2022.

E está representado por 24.000 ações Ordinárias.

Acionista	Ações em 31/12/2021			Partic. %
	Subscritas	Integralizadas	A Integralizar	
Construtora Kamilos Ltda.	4.800.000	3.600.000	1.200.000	20%
Encalco Construções Ltda.	4.800.000	3.600.000	1.200.000	20%
Terracom Concessões e Participações	4.800.000	3.600.000	1.200.000	20%
Trail Infraestruturas Erelí	4.800.000	3.600.000	1.200.000	20%
Vale do Rio Novo Eng. e Construções	4.800.000	3.600.000	1.200.000	20%
Total	24.000.000	18.000.000	6.000.000	100%

16. Receitas com construção e infraestrutura

Está previsto para junho de 2022 o início das operações nas praças de pedágio, que darão origem a receita operacionais da Companhia.

De acordo com ICPC 01, a Companhia contabilizou ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 o valor de R\$ 7.720, referente a receita de construção de infraestrutura, tendo os custos com o mesmo valor, não gerando margem de lucro.

17. Despesas gerais e administrativas

31/12/2021

Pessoal	1.262
Serviços de terceiros	2.290
Materiais/equipamentos/veículos	526
Editais e publicações (i)	1.809
Despesas Pré-Operacionais	984
Outros	647
Total	7.518

- (i) Conforme o Edital de Concorrência, os valores referem-se ao pagamento à B3 pelo processo de leilão em conformidade com o manual de procedimentos da bolsa de valores – B3 e pelo ressarcimento dos estudos elaborados para servir como referencial aos cálculos que embasaram a modelagem econômico-financeiro do Edital da Concessão.

18. Resultado financeiro líquido

31/12/2021

Rendimento de aplicações financeiras	267
Total das receitas financeiras	267
Juros	(117)
Outras despesas	(43)
Total das despesas financeiras	(160)
Resultado financeiro líquido	107

19. Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41/IAS 33 (aprovado pela deliberação CVM nº 636 – “Resultado por ação”), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para o período encerrado em 31 de dezembro de 2021.

As tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação, utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação:

31/12/2021

Básico	
Resultado do período	(4.891)
Número de ações durante o período (milhares)	24.000
Prejuízo por ação – básico	(0,20)
Diluído	
Prejuízo utilizado na apuração do prejuízo por ação	(4.891)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizadas na apuração do prejuízo por ações (milhares)	24.000
Prejuízo por ação – diluído	(0,20)

Não há diferença entre o lucro básico e o lucro diluído por ação por não ter havido durante o período findo em 31 de dezembro de 2021 instrumentos patrimoniais com efeitos diluídos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções aos empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

20. Instrumentos financeiros

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia estão apresentados a seguir:

Gestão de risco de capital

A administração da Companhia gerencia seus recursos, a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Companhia consiste em caixa e equivalentes de caixa e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados.

Periodicamente, a administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos ativos circulantes, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos pela Companhia são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, como segue:

- Fornecedores: possuem prazo médio de 30 dias;
- Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas: estão substancialmente indexados ao CDI.

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável. A Companhia não mantém instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. Diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente:

	31/12/2021		
	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivo financeiros mensurados ao custo amortizado
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	1.007	-	-
Outros créditos	1.191	-	-
Passivos			
Empréstimos e financiamentos	-	-	(194)
Fornecedores	-	-	(4.498)
Outras contas a pagar	-	-	(386)
Total	2.198	-	(5.078)

Riscos de mercado

Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações das taxas de juros das aplicações financeiras que são vinculadas ao CDI e à taxa Selic.

Em 30 de junho de 2021, a administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% e uma redução de 25% nas variações das taxas de juros das aplicações financeiras vinculadas ao CDI.

Análise de sensibilidade

Indicadores	Cenário I (Provável)	Cenário II (+25%)	Cenário III (-25%)	Cenário IV (+50%)
CDI	4,25%	5,31%	3,19%	6,38%
Receitas de aplicações financeiras	577	721	433	866
Receitas de aplicações financeiras	577	721	433	866

Exposição a riscos de créditos

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não apresentava riscos de créditos.

Informações por segmentos de negócios

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia.

21. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade de acordo com a avaliação da administração. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelo nosso auditor independente.

As coberturas de seguros, conforme apólices de seguros da Companhia, são compostas por:

Modalidade	Vigência	Cobertura
Seguro garantia – contrato de concessão	Maio/2021 a maio/2022	38.463
Riscos operacionais	Maio/2021 a maio/2022	4.000
D&O	Maio/2021 a maio/2022	5.000
Responsabilidade civil	Maio/2021 a maio/2022	4.000
Risco de engenharia	Maio/2021 a maio/2022	43.086

22. Benefícios aos empregados

A Companhia mantém os seguintes benefícios de curto prazo aos empregados e administradores: seguro de vida, vale-refeição e vale-alimentação.

Não é política da Companhia conceder benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, bem como remuneração baseada em ações. Nas rescisões de contrato de trabalho considera-se a legislação trabalhista em vigor.

22. Risco regulatório

A Companhia desconhece quaisquer eventos de iniciativa do governo estadual que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

23. Eventos subsequentes

A Companhia captou em 03 de janeiro de 2022 o montante de R\$ 96 milhões através da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória, em série única, distribuída com esforços restritos de distribuição pública.

Os recursos serão utilizados no projeto aprovado como prioritário pela Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias do Ministério da Infraestrutura através da Portaria GM/MINFRA nº 46, de 11 de março de 2021, tendo em vista o disposto na lei 12.431, para fins de emissão de debêntures incentivadas.

* * *